



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

31 de dezembro de 2018 e 2017

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	8
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	9
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO	12
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 10)	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	15
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 03 - SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	15
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	18
NOTA 05 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	18
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	19
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	20
NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
NOTA 09 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	20
NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	21
NOTA 11 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	21
NOTA 12 - RECEITAS	21
NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	21
NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS	22
NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	22
NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	22
NOTA 19 - OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	23
NOTA 20 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	23
NOTA 21 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO BÁSICA	24
NOTA 22 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	25
NOTA 23 - DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	30

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

CNPJ 76.726.884/0001-28

Rua João Carlos de Souza Castro, 82 – Guabirota – Curitiba / PR

Sedes Administrativas:

Sede Administrativa Região Central Paranaense

CNPJ 76.726.884/0123-04

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Sede Administrativa Região Sul Paranaense

CNPJ 76.726.884/0052-78

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

Sede Administrativa Região Norte Paranaense

CNPJ 76.726.884/0119-10

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguazu – Maringá / PR

Sede Administrativa Região Oeste Paranaense

CNPJ 76.726.884/0066-73

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

Sede Administrativa Região Sul Catarinense

CNPJ 76.726.884/0059-44

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC

Sede Administrativa Região Norte Catarinense

CNPJ 76.726.884.0126/49

Rua Joaçaba, 355 – Saguçu – Joinville / SC

Internatos:

Instituto Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0003-90

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

Instituto Adventista de Educação de Santa Catarina

CNPJ 76.726.884/0044-68

Rodovia BR 101, Km 64 – Corveta – Araquari / SC

Faculdade:

Faculdade Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0124-87

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

Unidades Escolares:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



Colégio Adventista do Alto Boqueirão

CNPJ 76.726.884/0055-10

Rua Bom Pastor, 606 – Alto Boqueirão – Curitiba / PR

Colégio Adventista Curitibano do Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0053-59

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 980 – Bom Retiro – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Centenário

CNPJ 76.726.884/0067-54

Rua Argélia, 85 – Cajuru – Curitiba / PR

Colégio Adventista de Telêmaco Borba

CNPJ 76.726.884/0031-43

Rua Professor Ney de Oliveira Pimenta, 84 – Centro – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Boa Vista

CNPJ 76.726.884/0057-82

Rua Fernando de Noronha, 470 – Santa Cândida – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Boqueirão

CNPJ 76.726.884/0015-23

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 2218 – Boqueirão – Curitiba / PR

Colégio Adventista do Portão

CNPJ 76.726.884/0016-04

Rua Maranhã, 06 – Portão – Curitiba / PR

Colégio Adventista de Campo Mourão

CNPJ 76.726.884/0010-19

Rua Roberto Brzezinski, 1509 – Centro – Campo Mourão / PR

Colégio Adventista de Cascavel

CNPJ 76.726.884/0011-08

Rua Pernambuco, 343 – Centro – Cascavel / PR

Colégio Adventista de Foz do Iguaçu

CNPJ 76.726.884/0048-91

Avenida República Argentina, 530 – Centro – Foz do Iguaçu / PR

Colégio Adventista de Guarapuava

CNPJ 76.726.884/0021-71

Rua Conego Braga, 1250 – Centro – Guarapuava / PR

Colégio Adventista de Londrina

CNPJ 76.726.884/0024-14

Avenida Universo, 184 – Jardim Shangri-la – Londrina / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



Colégio Adventista de Maringá Zona 4

CNPJ 76.726.884/0025-03

Rua Luiz Gama, 818 – Zona 4 – Maringá / PR

Colégio Adventista de Paranaguá

CNPJ 76.726.884/0026-86

Rua Arthur Bernardes, 239 – Alvorada – Paranaguá / PR

Colégio Adventista de São José dos Pinhais

CNPJ 76.726.884/0058-63

Rua Margarida de Araújo Franco, 1916 – Centro – São José dos Pinhais / PR

Colégio Adventista de Pinhais

CNPJ 76.726.884/0128-00

Rua América do Sul, 617 – Centro – Pinhas / PR

Colégio Adventista de Florianópolis Centro

CNPJ 76.726.884/0095-08

Rua Visconde de Ouro Preto, 347 – Centro – Florianópolis / SC

Colégio Adventista de Florianópolis Estreito

CNPJ 76.726.884/0101-90

Rua Dom Daniel Hostin, 129 – Jardim Atlântico – Florianópolis / SC

Colégio Adventista de Indaial

CNPJ 76.726.884/0102-71

Rua Expedicionário Hercílio Gonçalves, 233 – Nações – Indaial / SC

Colégio Adventista de Itajaí

CNPJ 76.726.884/0086-17

Rua Brusque, 228 – Centro – Itajaí / SC

Colégio Adventista de Joinville Saguazu

CNPJ 76.726.884/0087-06

Rua Casemiro de Abreu, 100 – Saguazu – Joinville / SC

Colégio Adventista de São Francisco do Sul

CNPJ 76.726.884/0090-01

Rua Augusto Afonso dos Santos, 2 – Centro – São Francisco do Sul / SC

Escola Adventista de Apucarana

CNPJ 76.726.884/0006-32

Avenida Munhoz da Rocha, 1925 – Centro – Apucarana / PR

Escola Adventista de Araucária

CNPJ 76.726.884/0042-04

Rua Rodolfo Hasselmann, 120 – Centro – Curitiba / PR

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



Escola Adventista de Castro

CNPJ 76.726.884/0012-80

Rua Princesa Isabel, 526 – Centro – Castro / PR

Escola Adventista de Cianorte

CNPJ 76.726.884/0039-09

Avenida América, 4923 – Zona 2 – Cianorte / PR

Escola Adventista de Goioerê

CNPJ 76.726.884/0019-57

Avenida Libertadores da América, 101 – Centro – Goioerê / PR

Escola Adventista de Guaíra

CNPJ 76.726.884/0020-90

Rua Bandeirantes, 1705 – Centro – Guaíra / PR

Escola Adventista de Maringá Zona 7

CNPJ 76.726.884/0117-58

Rua Floriano Peixoto, 768 – Zona 7 – Maringá / PR

Escola Adventista de Ponta Grossa

CNPJ 76.726.884/0028-48

Rua Tiradentes, 500 – Centro – Ponta Grossa / PR

Escola Adventista de Santa Efigênia

CNPJ 76.726.884/0060-88

Rua Guilherme Butler, 792 – Santa Efigênia – Curitiba / PR

Escola Adventista de Umuarama

CNPJ 76.726.884/0033-05

Rua José Antônio Teixeira D'Avila, 3667 – Centro – Umuarama / PR

Escola Adventista de Vista Alegre

CNPJ 76.726.884/0017-95

Rua Vereador Antenor Pamphillo dos Santos, 269 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Escola Adventista Guaraqueçaba

CNPJ 76.726.884/0112-43

Rua Superagui, 214 – Centro – Guaraqueçaba / PR

Escola Adventista União da Vitória

CNPJ 76.726.884/0034-96

Rua Paraná, 319 – Centro – União da Vitória / PR

Escola Adventista de Blumenau

CNPJ 76.726.884/0082-93

Rua Alwin Schrader, 966 – Ribeirão Fresco – Blumenau / SC

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



Escola Adventista de Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0083-74

Avenida Henrique Eduardo Boell, 87 – Centro – Bom Retiro / SC

Escola Adventista de Imbituba

CNPJ 76.726.884/0093-46

Avenida Santa Catarina, 447 – Centro – Imbituba / SC

Escola Adventista de Joinville Bom Retiro

CNPJ 76.726.884/0097-70

Rua Nova Trento, 226 – Bom Retiro – Joinville / SC

Escola Adventista de Joinville Centro

CNPJ 76.726.884/0105-14

Rua Rio do Sul, 288 – Bucarein – Joinville / SC

Escola Adventista de Joinville Costa e Silva

CNPJ 76.726.884/0105-14

Avenida Jutta W G Wendel, 194 – Costa e Silva – Joinville / SC

Escola Adventista de Rio do Sul

CNPJ 76.726.884/0089-60

Rua Presidente Kennedy, 336 – Jardim América – Rio do Sul / SC

Escola Adventista de Tubarão

CNPJ 76.726.884/0091-84

Avenida Pedro Zapelini, 1495 – Santo Antônio de Pádua – Tubarão / SC

Centros de Treinamento:

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Foz do Iguaçu

CNPJ 76.726.884/0040-34

Rodovia das Cataratas, KM 6 – Vila Yolanda – Foz do Iguaçu / PR

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Celso Ramos

CNPJ 76.726.884/0107-86

Rua dos Recantos, 664 – Palmas – Governador Celso Ramos / SC

Centro Adventista de Treinamento e Recreação São Luiz do Purunã

CNPJ 76.726.884/0127-20

Rua Vereador João Bertoja Filho, 983 – São Luiz do Purunã – Balsa Nova / PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Marlinton Souza Lopes
Presidente



Charles Edson Rampanelli
Diretor



Volnei Porto
Administrador



Arnaldo Andrade de Oliveira Lana
Contador
CRC/RS 050929/O-5 T-PR



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total		332.012.764	301.025.993
1.01	Ativo Circulante	03.1	41.653.361	46.042.545
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	19.953.453	23.660.606
1.01.01.01	Caixa		60.426	51.268
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		3.364.107	4.044.630
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		16.528.920	19.564.708
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	16.262.997	16.137.653
1.01.02.01	Clientes		606.922	1.750.797
1.01.02.02	Serviços Educacionais a Receber		23.889.806	21.498.162
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		2.791.148	2.476.956
1.01.02.04	Entidades Congêneres a Receber		1.446.244	1.265.060
1.01.02.05	Impostos a Recuperar		15.545	1.499
1.01.02.06	Outros Créditos		4.096.191	3.637.356
1.01.02.07	(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	03.5	-16.582.858	-14.492.178
1.01.03	Estoques	03.6	384.972	422.031
1.01.03.01	Materiais de Consumo		384.972	422.031
1.01.04	Despesas Antecipadas		5.051.938	5.822.255
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	5.051.938	5.822.255
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	290.359.403	254.983.449
1.02.01	Realizável a Longo Prazo	5	310.746	342.764
1.02.01.01	Adiantamentos a Pessoal a Longo Prazo		59.575	10.813
1.02.01.02	Outros Créditos a Longo Prazo		251.171	331.951
1.02.02	Investimento		0	0
1.02.03	Imobilizado	03.8 e 06	289.995.348	254.522.209
1.02.03.01	Bens em Formação		64.480.684	45.269.428
1.02.03.02	Terrenos		57.323.565	46.044.718
1.02.03.03	Edifícios e Benfeitorias		205.044.855	194.632.997
1.02.03.04	Instalações		2.143.506	2.069.009
1.02.03.05	Móveis e Utensílios		21.814.891	18.151.952
1.02.03.06	Máquinas e Equipamentos		28.590.708	25.593.938
1.02.03.07	Veículos		656.439	620.968
1.02.03.08	Outros Imobilizados		700.537	653.586
1.02.03.09	(-) Depreciação Acumulada		-90.759.837	-78.514.386
1.02.04	Intangível	6	53.309	118.476
1.02.04.01	Direitos de Uso de Softwares		364.846	352.934
1.02.04.02	(-) Amortização Acumulada		-311.537	-234.458

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total		332.012.764	301.025.993
2.01	Passivo Circulante	7	33.261.776	34.074.394
2.01.01	Contas a Pagar	03.9	14.156.632	13.229.876
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		3.213.444	3.383.800
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		47.318	85.178
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		2.489.282	2.176.684
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		4.710.282	4.071.983
2.01.01.05	Entidades Congêneres a Pagar		2.991.719	3.182.258
2.01.01.06	Outras Contas a Pagar		704.586	329.973
2.01.02	Provisões	03.10 e 11	4.480.588	6.010.903
2.01.02.01	Provisões Trabalhistas		3.022.212	2.426.316
2.01.02.02	Provisões Judiciais e Cíveis		638.287	1.709.587
2.01.02.03	Provisões para Contingências		820.090	1.875.000
2.01.03	Fundos em Confiança		99.531	170.094
2.01.03.01	Fundos em Confiança		99.531	170.094
2.01.04	Receitas Antecipadas		14.525.025	14.663.522
2.01.04.01	Adiantamento de Clientes		14.525.025	14.663.522
2.02	Passivo Não Circulante	03.1	3.385.000	1.125.000
2.02.01	Exigível a Longo Prazo		3.385.000	1.125.000
2.02.01.01	Entidades Congêneres a Longo Prazo		2.875.000	1.125.000
2.02.01.03	Outras Obrigações a Longo Prazo		510.000	0
2.03	Patrimônio Líquido	8	295.365.988	265.826.599
2.03.01	Patrimônio Social		295.365.988	265.826.599
2.03.01.01	Patrimônio Social		294.892.804	260.961.567
2.03.01.02	Reservas Alocadas		473.185	4.865.033

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeira



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
3.01	Receitas Operacionais Bruta Educação	03.12 e 12	206.980.919	180.412.261
3.01.01	Receitas Bruta Serviços Educacionais		239.633.908	201.825.213
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	12 a	181.609.211	155.001.538
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		8.721.648	4.728.465
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	12 b	31.786.873	27.063.379
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	12 b	17.516.176	15.031.831
3.01.02	(-) Deduções Receita Serviços Educacionais	12 c	-82.458.287	-64.923.283
3.01.02.01	Descontos Incondicionais Educação Básica		-23.656.784	-17.763.856
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo		-8.721.648	-4.728.465
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica – 100%		-31.786.873	-27.063.379
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica – 50%		-17.516.176	-15.031.831
3.01.02.05	Cancelamento de Serviços Recebidos		-227.294	-108.568
3.01.02.06	Outros Descontos		-549.511	-227.184
3.01.03	Receitas Bruta Serviços - Graduação		6.733.932	5.958.863
3.01.03.01	Serviços Graduação - Pagantes	13 a	4.787.805	4.511.748
3.01.03.02	Serviços Graduação - PROUNI		513.162	246.326
3.01.03.03	Serviços Graduação - Bolsas 100%	13 b	1.177.552	1.039.155
3.01.03.04	Serviços Graduação - Bolsas 50%	13 b	255.413	161.633
3.01.04	(-) Deduções Receita Serviços - Graduação	13 c	-3.046.893	-2.294.455
3.01.04.01	Descontos Incondicionais Graduação		-1.100.766	-847.341
3.01.04.02	Bolsas Graduação – PROUNI		-513.162	-246.326
3.01.04.03	Bolsas Graduação – 100%		-1.177.552	-1.039.155
3.01.04.04	Bolsas Graduação – 50%		-255.413	-161.633
3.01.05	Receitas Bruta Serviços – Pós-Graduação		423.478	383.680
3.01.05.01	Serviços Pós-Graduação - Pagantes	13 a	423.478	383.680
3.01.06	Receitas de Doações, Subvenções e Outras	12 d	45.694.782	39.462.243
3.01.06.01	Subvenções Não Governamental – Sem Restrição		8.073.386	7.880.522
3.01.06.02	Doações Recebidas – Sem Restrição		13.277.340	12.026.936
3.01.06.03	Outras Receitas Recorrentes		24.344.055	19.554.785
3.02	Resultado Bruto Educação		206.980.919	180.412.261
3.03	(-) Custos Despesas Operacionais Educação		-182.413.471	-158.812.411
3.03.01	(-) Custos e Despesas Operacionais		-182.413.471	-158.812.411
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		-100.891.312	-90.366.801
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		-9.180.312	-8.433.660
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		-21.965.328	-17.173.173
3.03.01.04	Despesas com Materiais		-7.997.350	-6.879.623
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		-6.221.161	-5.551.223
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		-11.281.831	-10.054.044
3.03.01.07	Despesas com Provisões		-5.739.746	-5.954.945
3.03.01.08	Encargos Tributários		-438.348	-428.634
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social Instituições		-18.698.084	-13.970.309
3.04	Resultado Líquido Educação		24.567.448	21.599.850



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
3.05	Resultado Atividades Sustentáveis		1.704.475	1.361.379
3.05.01	Receitas Atividades Sustentáveis		17.999.808	16.619.795
3.05.01.01	Receitas Pensionato Internato		16.570.178	14.158.437
3.05.01.02	Alojamentos e Hospedagens no Pensionato		1.020.796	2.085.998
3.05.01.03	Receita com Refeições no Pensionato		390.558	355.176
3.05.01.04	Receita com Aluguéis e Arrendamentos no Pensionato		18.276	20.185
3.05.02	(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis		-6.502.771	-6.103.877
3.05.02.01	Descontos Incondicionais Pensionato		-6.502.771	-6.103.877
3.05.03	(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis		-9.792.562	-9.154.540
3.05.03.01	Despesas com Pessoal no Pensionato		-3.189.546	-3.005.993
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários no Pensionato		-249.810	-225.906
3.05.03.03	Administrativas e Gerais no Pensionato		-233.506	-319.884
3.05.03.04	Despesas com Materiais no Pensionato		-4.050.970	-4.060.163
3.05.03.05	Conservação e Manutenção no Pensionato		-472.795	-420.622
3.05.03.06	Depreciação e Amortização no Pensionato		-1.369.146	-903.204
3.05.03.07	Assistência, Treinamentos e Orientação Social Instituições no		-226.789	-218.767
3.06	Resultado Financeiro e Patrimonial		259.703	2.979.507
3.06.01	Receitas e Despesas Financeiras		-819.575	2.451.392
3.06.01.01	Receitas Financeiras		3.664.317	5.049.246
3.06.01.02	Despesas Financeiras		-4.483.891	-2.597.854
3.06.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		1.079.277	528.114
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		1.304.695	534.085
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		-225.418	-5.971
3.07	Resultado Outras Receitas e Despesas		3.007.763	1.204.679
3.07.01	Outras Receitas e Despesas	13	3.007.763	1.204.679
3.07.01.01	Outras Receitas		5.857.165	4.459.146
3.07.01.02	Outras Despesas		-2.849.402	-3.254.468
3	Superávit do Exercício	14	29.539.389	27.145.414

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 10)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício	Exercício Anterior
		31/12/2018	31/12/2017
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	44.023.351	43.309.389
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	43.952.600	39.373.405
4.01.01.01	Superávit do Exercício	29.539.389	27.145.414
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	12.245.452	10.757.802
4.01.01.03	Amortização do Intangível	77.079	94.391
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	2.090.680	1.375.799
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizável LP	-1.376.631	-7.606.199
4.01.02.01	Contas a Receber	-2.216.024	-5.752.984
4.01.02.02	Estoques	37.058	243.762
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	770.317	-2.172.825
4.01.02.04	Realizável a Longo Prazo	32.018	75.849
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	1.447.382	11.542.183
4.01.03.01	Contas a Pagar	926.756	5.673.117
4.01.03.02	Provisões	-1.530.314	1.422.833
4.01.03.03	Fundos em Confiança	-70.562	-66.857
4.01.03.04	Receitas Antecipadas	-138.497	3.388.090
4.01.03.05	Exigível a Longo Prazo	2.260.000	1.125.000
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.730.503	-61.773.291
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-47.730.503	-61.773.291
4.02.01.01	Imobilizado	-47.718.591	-61.711.169
4.02.01.02	Intangível	-11.912	-62.122
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0
4.02.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	0	0
4.02.01.01	Recebimento e Pagamento de Empréstimo	0	0
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	-3.707.152	-18.463.902
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.660.606	42.124.508
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.953.453	23.660.606

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajuste Aval. Patrimonial	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
5.00	Saldo Inicial em 31 dezembro de 2016	229.435.799	9.245.387	0	0	238.681.185
5.01.01	Superávit/Déficit do Período				27.145.414	27.145.414
5.01.02	Recursos de Outra Reservas	4.380.354	-4.380.354		0	0
5.01.03	Recursos de Superávit	27.145.414			-27.145.414	0
5.01	Saldo em 31 dezembro de 2017	260.961.567	4.865.033	0	0	265.826.599
5.02.01	Superávit/Déficit do Período				29.539.389	29.539.389
5.02.02	Recursos de Outra Reservas	4.391.848	-4.391.848		0	0
5.02.03	Recursos de Superávit	29.539.389			-29.539.389	0
5.02	Saldo Final em 31 dezembro de 2018	294.892.804	473.185	0	0	295.365.988

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação nos estados do Paraná e Santa Catarina, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nas páginas 03 a 07. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 35.672 de 20/01/1961 e título de Utilidade Pública Municipal em Curitiba/PR, conforme Decreto nº 4.367 de 21/09/1972. A entidade tem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, Conselho Municipal do Idoso e da Criança e do Adolescente e com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado no Ministério da Educação, sendo sua renovação processada sob número 23.000.030914/2017-57, o qual encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas a seguir e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.11 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.12 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

03.13 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.14 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	606.922	1.750.797
Serviços Educacionais a Receber	23.889.806	21.498.162
Adiantamentos a Pessoal	2.791.148	2.476.956
Entidades Congêneres a Receber	1.446.244	1.265.060
Outros Créditos	4.096.191	3.637.356
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-16.582.858	-14.492.178
Total a Receber Líquido	16.262.997	16.137.653

NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Contas a Receber – Valor referente a contas a receber com previsão para realização após o término do exercício seguinte

b) Depósito Judicial – Valor referente a um depósito judicial com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Pessoal a Longo Prazo	59.575	10.813
Outros Créditos a Longo Prazo	251.171	331.951
Total a Realizável a Longo Prazo	310.746	342.764



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de janeiro 2017	33.180.103	114.229.549	1.680.794	7.162.621	4.991.912	3.355.981	187.866	38.780.016	203.568.841
Aquisições e Baixas	12.864.615	32.929.309	68.491	4.613.419	2.151.651	2.271.153	(13.520)	6.826.052	61.711.169
Depreciações	0	(6.751.598)	(98.708)	(1.333.443)	(885.123)	(1.620.485)	(27.207)	(41.238)	(10.757.802)
Saldos 31 de dezembro 2017	46.044.718	140.407.259	1.650.577	10.442.597	6.258.440	4.006.649	147.139	45.564.829	254.522.209
Custo do Imobilizado	46.044.718	194.632.997	2.069.009	18.151.952	12.390.143	13.203.795	620.968	45.923.014	333.036.595
Depreciação Acumulada	0	(54.225.737)	(418.432)	(7.709.355)	(6.131.702)	(9.197.146)	(473.828)	(358.185)	(78.514.386)
Valor Residual	46.044.718	140.407.259	1.650.577	10.442.597	6.258.440	4.006.649	147.139	45.564.829	254.522.209
Saldos 1º de janeiro 2018	46.044.718	140.407.259	1.650.577	10.442.597	6.258.440	4.006.649	147.139	45.564.829	254.522.209
Aquisições e Baixas	11.278.847	10.411.859	74.497	3.662.939	1.505.280	1.491.490	35.471	19.258.207	47.718.591
Depreciações	0	(7.797.682)	(100.996)	(1.632.516)	(957.435)	(1.645.519)	(60.820)	(50.485)	(12.245.452)
Saldos 31 de dezembro 2018	57.323.565	143.021.436	1.624.079	12.473.020	6.806.286	3.852.620	121.791	64.772.551	289.995.348
Custo do Imobilizado	57.323.565	205.044.855	2.143.506	21.814.891	13.895.423	14.695.285	656.439	65.181.221	380.755.186
Depreciação Acumulada	0	(62.023.420)	(519.427)	(9.341.871)	(7.089.137)	(10.842.665)	(534.648)	(408.670)	(90.759.837)
Valor Residual	57.323.565	143.021.436	1.624.079	12.473.020	6.806.286	3.852.620	121.791	64.772.551	289.995.348

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.



	Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		150.745	150.745
Aquisições		62.122	62.122
Amortizações		(94.391)	(94.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		118.476	118.476
Custo do Intangível		352.934	352.934
Amortização Acumulada		(234.458)	(234.458)
Valor Residual		118.476	118.476
Saldos em 1º de janeiro de 2018		118.476	118.476
Aquisições		11.912	11.912
Amortizações		(77.079)	(77.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		53.309	53.309
Custo do Intangível		364.846	364.846
Amortização Acumulada		(311.537)	(311.537)
Valor Residual		53.309	53.309

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de Materiais e Serviços	3.213.444	3.383.800
Obrigações Tributárias	47.318	85.178
Obrigações Trabalhistas	2.489.282	2.176.684
Obrigações com Empregados	4.710.282	4.071.983
Entidades Congêneres a Pagar	2.991.719	3.182.258
Outras Contas a Pagar	704.586	329.973
Total a Pagar Líquido	14.156.632	13.229.876

NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 09 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2018, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2018. Para o exercício de 2019 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 11 - PROVISÃO PASSIVOS

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2018:

Provisões	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Trabalhistas	3.022.212	2.426.316
Provisões Judiciais e Cíveis	638.287	1.709.587
Provisões para Contingências	820.090	1.875.000
Total de Provisões	4.480.588	6.010.903

NOTA 12 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.

NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

Outras Receitas	31/12/2018	31/12/2017
Contas Reavidas	109.582	142.844
Depósitos Bancários Não Identificados	162.442	139.032
Reversões de Provisões	4.856.938	4.012.549
Outras Receitas Não Recorrentes	728.204	164.721
Total de Outras Receitas	5.857.165	4.459.146
Outras Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Contas Incobráveis	2.040.839	2.542.677
Despesas de Exercícios Anteriores	31.279	171.638
Outras Despesas Não Recorrentes	777.284	540.153
Total de Outras Despesas	2.849.402	3.254.468

NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2017 e 2018 foram incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, e por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2018 e 2017.

NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

- a) Contribuição Previdenciário para o INSS

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas:



Descrição	Sustentáveis	Educação	Total
Folha de Salários - 20%	1.088.467	16.759.909	17.848.376
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	21.654	121.930	143.584
Terceiros (4,5% - Educação)	244.732	3.771.568	4.016.300
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)	65.979	1.234.482	1.300.460
Total	1.420.832	21.887.889	23.308.721

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75 e os artigos 178 e 184 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, aprovado pelo Decreto 9.580 de 2018.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o cadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 20 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) e Decreto nº 8.242 de 2014, a instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.



Educação Básica	Qtde* 2018	Qtde* 2017
Alunos Matriculados	26.572	24.451
Alunos com Bolsa Integral - (Lei 12.101/2009)	3.330	3.161
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	23.242	21.290
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	2.582	2.366
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	748	795

Educação Básica	Qtde* 2018	Qtde* 2017
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	4.648	4.258
Alunos com Bolsa Integral	3.330	3.161
Saldo Excedente de Alunos (Proporção 1 para 5) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários 1 para 5]	-1.318	-1.097
Alunos com Bolsa Parcial 50% - (Lei 12.101/2009)	3.763	3.546
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 5) [(Alunos com Bolsa Parcial / 2)+Saldo Excedente Bolsas Integrais]	563	676

(*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2018 e 2017/17

(**) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

(***) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 748 (setecentos e quarenta e oito) Bolsas Integrais em 2018 e 795 (setecentos e noventa e cinco) Bolsas Integrais em 2017 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 563 (quinhentos e sessenta e três) Bolsas Parciais de 50% em 2018 e 676 (seiscentos e setenta e seis) Bolsas Parciais de 50% em 2017 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

NOTA 21 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Instituição, em conformidade com o Art. 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, oferece bolsas educacionais para alunos de baixa renda, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 e 15 da Lei nº 12.101 de 2009 alterada pela lei nº 12.868 de 2013).

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do Art. 13 da Lei nº 12.101/09 .

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2018 e 2017 na Educação Básica estão demonstradas a seguir:



Rubricas Contábeis	2018	2017
Anuidades em Educação Básica	239.633.908	201.825.213
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	4.489.127	4.125.094
(-) Parcelas Devolvidas	0	0
(-) Bolsas de Estudo Integrais	-31.786.873	-27.063.379
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50%	-17.516.176	-15.031.831
(-) Bolsa Funcional de Dissídio Coletivo	-8.721.648	-4.728.465
(-) Desconto Incondicionais	-23.656.784	-17.763.856
(-) Inadimplência	-8.777.904	-8.001.141
Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	153.663.649	133.361.636
Valor Aplicado Gratuitades – Filantropia	49.303.049	42.095.210
Percentual Aplicado	32,09%	31,56%
Receita	2018	2017
(+) Receita Total	239.633.908	201.825.213
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	4.489.127	4.125.094
(-) Deduções	-81.681.481	-64.587.531
(-) Inadimplência	-8.777.904	-8.001.141
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	153.663.649	133.361.636
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	-30.732.730	-26.672.327
(+) Gratuidade Concedida	49.303.049	42.095.210
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação	18.570.319	15.422.883

NOTA 22 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Instituição não firmou convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI em 2018, de acordo com a Lei nº 11.096 de 2005, onde a regra é conceder bolsa integral para 1 (um) aluno de cada 9 (nove) alunos pagantes.

A Instituição, em observância ao artigo 13-B da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, para fins de concessão e de renovação da certificação, a entidade que atua na Educação Superior que não aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, na forma do caput do Artigo 11 da Lei nº 11.096 de 2005, deverá atender às condições previstas no artigo 13-B da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, que regulamenta que a Instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes no Ensino Superior;
- Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no Ensino Superior;
- Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.



IASBE		Faculdade	
Educação Básica		Qtde* 2018	Qtde* 2017
Alunos Matriculados da Graduação		567	507
Alunos com Bolsa Integral - (Lei 12.101/2009)		71	91
Alunos Inadimplentes		88	0
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Inadimplentes (-) Alunos com Bolsa Integral]		408	416
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]		45	46
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]		26	45

Educação Básica		Qtde* 2018	Qtde* 2017
Alunos Necessários (Proporção 1 para 4) [Alunos Pagantes / 4]		102	104
Alunos com Bolsa Integral		71	91
Saldo Excedente de Alunos (Proporção 1 para 4) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários 1 para 4]		-31	-13
Alunos com Bolsa Parcial 50% - (Lei 12.101/2009)		62	29
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 4) [(Alunos com Bolsa Parcial / 2)+Saldo Excedente Bolsas Integrais]		0	2

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2018 e 2017 no Ensino Superior, foram em conformidade com o artigo 13-B da Lei nº 12.101 de 2009 e estão demonstradas a seguir:

Rubricas Contábeis	2018	2017
Anuidades da Graduação	6.096.202	5.227.867
Anuidades no Ensino Superior – FIES	637.731	730.996
(-) Bolsas de Estudo – PROUNI	-472.732	-234.735
(-) Bolsas de Estudo Integrais – Instituição	-1.177.552	-1.039.155
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50% - Instituição	-255.413	-161.633
(-) Desconto Incondicionais	-1.779.462	-1.305.517
Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	3.048.773	3.217.822
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	1.905.697	1.435.523
Percentual Aplicado	62,51%	44,61%
Receita	2018	2017
(+) Receita Total	6.733.932	5.958.863
(-) Deduções	-3.685.159	-2.741.041
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	3.048.773	3.217.822
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	-609.755	-643.564
(+) Gratuidade Concedida	1.905.697	1.435.523
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação	1.295.942	791.959

Curitiba, 31 de dezembro de 2018.


 Arnaldo Andrade de Oliveira Lana
 Contador
 CRC/RS 050929/O-5 T-PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
Curitiba – PR

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências

significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 27 de abril de 2018, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 29 de abril de 2019



Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declara que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Curitiba, 30 de abril de 2019.


Marlinton Souza Lopes
Presidente


Charles Edson Rampanelli
Diretor


Volnei Porto
Administrador